

DEBORA VASTI DA SILVA DO BOMFIM DENYS

Debora Vasti da Silva do Bomfim Denys

# MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Revisado, atualizado e ampliado, de acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18.11.2011, e Decreto nº 7.724, de 16.05.2012, Jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, bem como os Enunciados da Controladoria-Geral da União, Novo CPC, Lei Anticorrupção e Instruções Normativas nº 4/2009 e 02/2017, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

*Prefácio*

Roberto Coutinho

*Apresentação*

Isabella Maria de Lemos

**FORUM**

2ª edição revista,  
atualizada e modificada

*Prefácio*

Roberto Coutinho

*Apresentação*

Isabella Maria de Lemos

## MANUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Revisado, atualizado e ampliado, de acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18.11.2011, e Decreto nº 7.724, de 16.05.2012, Jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, bem como os Enunciados da Controladoria-Geral da União, Novo CPC, Lei Anticorrupção e Instruções Normativas nº 4/2009 e 02/2017, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

2ª edição revista, atualizada e modificada

### Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

### Áreas afins

DIREITO PÚBLICO: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL, DIREITO CONSTITUCIONAL, PROCESSO CIVIL.

### Público-alvo/consumidores

Servidores públicos Federais (servidores que estão sujeitos à Lei nº 8.112/90), operadores do Direito (profissionais da área jurídica pública e privada), estudantes (não só de direito como também aos que se preparam para concursos públicos), professores, os servidores públicos estaduais e municipais que utilizam a Lei nº 8.112/90, subsidiariamente às suas normas legais, bem como os empregados públicos de empresas estatais, e inclusive os próprios denunciados e acusados.

**FORMATO:** 17,0 X 24,0 cm

**CÓDIGO:** 10001546

A presente obra surgiu da necessidade de um guia didático, prático e objetivo para solucionar as dúvidas e controvérsias que ocorrem frequentemente na aplicação da lei em decorrência das falhas e omissões constantes na legislação, identificadas no dia a dia pela autora que trabalha na área há mais de dezoito anos e ao ministrar treinamentos e cursos no INCRA, no IBAMA e na Controladoria-Geral da União/Centro de Estudos Victor Nunes Leal, atual Escola da Advocacia-Geral da União, e no Ministério do Desenvolvimento Agrário, elaborar apostilas, normas internas e orientar, presidir e analisar os trabalhos das comissões de processo administrativo disciplinar.

Os artigos 116 a 182 da Lei nº 8.112/90 tratam dos deveres e das proibições dos servidores públicos federais, bem como do processo administrativo disciplinar e seu procedimento, que visa a garantir a referidos servidores o atendimento aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, uma vez que só podem ser inocentados ou penalizados pela prática de um ilícito depois de submetidos ao devido processo legal.

A exposição da parte teórica, foi abordada de uma forma direta, clara e simples, ao estabelecer critérios para as análises das denúncias de irregularidades relativas a ilícitos administrativos e dos resultados das comissões, em que constam os aspectos formais necessários à validade de cada ato habitual ou excepcional que uma comissão enfrenta ao desenvolver seus trabalhos.

Traz, ainda, dentre vários temas, as diferenças entre as modalidades de processo administrativo disciplinar (processo administrativo disciplinar de rito ordinário, de rito sumário, sindicância investigatória e sindicância punitiva), entre a inocência e a isenção de responsabilidade, a aplicação e o cumprimento de cada penalidade, entre tipificação legal e tipificação legal “em tese”, e o que é mais importante, quando ocorre a prescrição punitiva e a prescrição da ação disciplinar, de extrema relevância para o procedimento disciplinar, dada a declaração de inconstitucionalidade do art. 170 da Lei nº 8.112/90, pelo MS nº 23.262/DF, no *Supremo Tribunal Federal*, e ao advento do PARECER GMF nº 3 (PARECER Nº 005/2016/CGU/AGU, vinculante para toda a Administração Pública Federal. A autora incluiu na obra 147 modelos dos atos que cada espécie de comissão de processo administrativo disciplinar — inclusive *rito sumário* (acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, abandono de cargo e inassiduidade habitual) — precisa expedir durante seus trabalhos, os quais seguem a ordem cronológica dos acontecimentos ou incidentes, constando uma parte dos *modelos básicos* (atos que todas as comissões devem praticar, sob pena de nulidade) e outra parte de *modelos incidentes* (atos que algumas comissões precisam expedir de acordo com situações excepcionais que podem ocorrer durante os trabalhos).

A obra cita farta jurisprudência a todo instante e traz ampla legislação pertinente à matéria, além de exemplos práticos do correto e do usualmente equivocado.

Trata-se, portanto, de obra indicada e necessária a todos os *servidores públicos federais* (servidores que estão sujeitos à Lei nº 8.112/90 e empregados públicos de empresas estatais, de acordo com o Enunciado CGU nº 15/2017), e não apenas aos servidores que atuam nos setores que lidam com os processos relativos ao assunto ou aos servidores que compõem as Comissões, à *advocacia pública e privada*, aos *estudantes de direito*, como aos que se preparam *para concursos públicos*, e aos *servidores públicos estaduais e municipais* que utilizam a Lei nº 8.112/90 subsidiariamente às suas normas legais.

Nesta segunda edição procedeu-se à revisão, atualização e modificação da obra, com a ampliação da legislação dos recentes entendimentos e procedimentos adotados pelos operadores do Processo Administrativo Disciplinar, incluindo exemplos e modelos novos, bem como as alterações introduzidas pela Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, de 18.11.2011 e seu Decreto de regulamentação, Decreto nº 7.724, de 16.05.2012 – e as Jurisprudências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, as Instruções Normativas nº 04/2009 (TCA) e 02/2017 (TAC), Enunciados e portarias do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

D417m Denys, Debora Vasti da Silva do Bomfim

Manual de processo administrativo disciplinar/ Debora Vasti da Silva do Bomfim Denys.  
2. ed.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

670p.; 17cm x 24cm  
ISBN: 978-85-450-0588-9

1. Direito Administrativo. 2. Processo Administrativo. 3. Direito Penal. I. Título.

CDD 341.3  
CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DENYS, Debora Vasti da Silva do Bomfim. *Manual de processo administrativo disciplinar*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 670 p. ISBN 978-85-450-0588-9.

### Debora Vasti da Silva do Bomfim Denys

Mestre em Direito pela UniCEUB – Brasília (2015). Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (1991). Assessora de desembargador no Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (1994-1995). Procuradora autárquica da SUNAB (1995-1997). Procuradora Federal do INCRA (1997). Vice-presidente da Comissão de Inventário do extinto Estado-Maior das Forças Armadas (1999). Coordenadora-geral substituta da Coordenação-Geral Trabalhista da Procuradoria-Geral do INCRA (2000). Elaborou a apostila de Processo Administrativo Disciplinar do INCRA (2002). Professora de Direito Comercial nos cursos de Ciências Contábeis e Direito da UNIDERP – Universidade para Desenvolvimento da Região do Pantanal (2003). Participou da elaboração da apostila do treinamento em processo administrativo disciplinar do Centro de Estudos Victor Nunes Leal, da Advocacia-Geral da União, (2003). Revisou e atualizou a apostila de processo administrativo disciplinar do INCRA na 2ª edição (2003). Coordenadora substituta de processos disciplinares da Procuradoria-Geral do IBAMA (2004 a 2006). Elaborou a apostila de processo administrativo disciplinar do IBAMA (2004). Procuradora-Chefe Substituta da Fundação Alexandre de Gusmão-MRE (2007 a 2015). Presidiu o VII Seminário sobre Desenvolvimento Econômico promovido pela Fundação Alexandre de Gusmão-MRE (2010). Participou de comissão de processo administrativo disciplinar na Corregedoria-Geral da Advocacia-Geral da União (2013/2014). Professora de Direito Internacional Público e Privado no curso de Direito, na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai/MG (2016). Proferiu as seguintes palestras: “O Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Procuradoria-Geral Federal/AGU – Normas e procedimentos de análises de admissibilidade, consultas e julgamentos” na Escola da AGU (2016), “O Processo Administrativo Disciplinar (Lei nº 8.112/90): objetivo, finalidade e procedimentos”, na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai/MG (2016); “Apresentação da Divisão de Assuntos Disciplinares da Procuradoria-Geral Federal (PGF)” na Reunião Técnica na Matéria Previdenciária, Rio de Janeiro/RJ (2017); “Código de Ética na Administração Pública”, Escola da AGU (2017). Chefe Substituta da Divisão de Assuntos Disciplinares da Procuradoria-Geral Federal (2016 a 2018). Artigos publicados: “Da adoção por estrangeiros”. *Jornal da ESMAGIS* (Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso do Sul), agosto de 1993; “Competência – ação de desapropriação para fins de reforma agrária”, *Revista de Direito Agrário*, ano 16, 1º semestre de 2000; “O Tribunal de Justiça da União Europeia: um modelo e um desafio para o Mercosul”, *Revista da AGU*, v.1 (2014); “O Direito à convivência familiar e a relativização do Poder Estatal na visão da Corte Europeia de Direitos Humanos e da legislação brasileira” (em coautoria com Isabella Maria de Lemos), *Revista da AGU*, v. 8, n. 4 (2016); “Teorias da Democracia: Rawls, Habermas e Nino e o novo papel do STF” (em coautoria com Maria Luiza Scherer), *Conpedi* (2017)

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
ROBERTO COUTINHO .....	29
APRESENTAÇÃO	
ISABELLA MARIA DE LEMOS .....	31
NOTA DA 2ª EDIÇÃO	
DEBORA VASTI DA SILVA DO BOMFIM DENYS .....	33
INTRODUÇÃO .....	35

## PARTE TEÓRICA

### CAPÍTULO 1

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: CONCEITOS E ELEMENTOS PRÓPRIOS .....	35
1.1 Processo administrativo disciplinar na Lei nº 8.112/90.....	35
1.2 Autoridade instauradora .....	38
1.3 Prazos .....	39
1.4 Comissões que dão continuidade a trabalhos iniciados .....	41
1.5 Servidor e ex-servidor público .....	45
1.5.1 Ocupante de cargo em comissão puro (não ocupante de cargo efetivo) .....	46
1.5.2 Aposentado .....	47
1.5.3 Servidor demitido .....	47
1.6 Exoneração (de cargo em comissão), remoção e afastamento .....	49
1.6.1 Exoneração .....	49
1.6.2 Remoção – Acusado lotado em local diverso da apuração .....	50
1.6.3 Afastamento .....	51

### CAPÍTULO 2

DENÚNCIA .....	55
2.1 Denúncia .....	55
2.1.1 Prescrição da pretensão punitiva da Administração e prescrição penal .....	56
2.1.2 Denúncia anônima .....	61
2.1.3 Denúncia confidencial .....	63
2.2 Mecanismos de proteção ao denunciante .....	65
2.3 Limites ao interesse do denunciante no processo disciplinar .....	66
2.4 Responsabilidade administrativa e civil .....	66
2.5 <i>Compliance</i> .....	68

### CAPÍTULO 3

OUVIDORIA .....	71
3.1 Ouvidoria .....	71
3.1.1 Ouvidoria e o <i>whistleblower</i> .....	72
3.1.2 Ouvidoria e <i>Accountability</i> .....	74
3.2 Corregedoria .....	77

### CAPÍTULO 4

SINDICÂNCIA .....	79
4.1 Sindicância investigatória (ou sindicância inquisitorial).....	80
4.1.1 Finalidade, procedimento e resultado dos trabalhos.....	80

4.1.2	Composição das comissões de sindicância investigatória .....	82
4.1.3	Portaria inaugural e duração dos trabalhos .....	83
4.1.4	Cabimento .....	83
4.1.5	Vantagens de sua instauração .....	84
4.2	Sindicância punitiva (ou sindicância autônoma ou sindicância acusatória) .....	86
4.2.1	Origem, finalidade e procedimento .....	86
4.2.2	Composição das comissões de sindicância punitiva .....	87
4.2.3	Portaria inaugural .....	87
4.2.4	Cabimento .....	87
4.3	Quadro comparativo/diferenças entre comissões de sindicância investigatória e sindicância punitiva .....	89

## CAPÍTULO 5

PROCESSO DISCIPLINAR (ESPÉCIE) .....		91
5.1	Finalidade e procedimento .....	91
5.2	Composição das comissões de processo disciplinar .....	92
5.3	Portaria inaugural .....	93
5.4	Cabimento .....	93
5.5	Contagem de prazo prescricional .....	94

## CAPÍTULO 6

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE RITO SUMÁRIO .....		99
6.1	Finalidade, cabimento e procedimento .....	99
6.1.1	Fase da instrução sumária .....	100
6.1.1.1	Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas .....	102
6.1.1.2	Abandono de cargo e inassiduidade habitual .....	103
6.2	Perícia médica oficial e incidente de sanidade mental .....	104
6.3	Composição das comissões de rito sumário .....	105
6.4	Portaria inaugural .....	106

## CAPÍTULO 7

TIPIFICAÇÃO LEGAL OU ENQUADRAMENTO LEGAL .....		107
7.1	Tipificação legal e ilícito administrativo .....	107
7.2	Tipificação legal “em tese” ou enquadramento legal “em tese” .....	108
7.3	Irregularidade e transcrição da tipificação legal não se confundem .....	109
7.4	Tipificação legal e fundamento legal para aplicação da penalidade não se confundem .....	110
7.5	Quadro comparativo: diferenças entre comissões de sindicância punitiva, processo disciplinar e rito sumário .....	111

## CAPÍTULO 8

JULGAMENTO E PENALIDADES .....		115
8.1	Julgamento .....	115
8.2	Competência para julgar .....	116
8.3	Irregularidade praticada por servidor cedido e requisitado .....	120
8.4	Vínculo entre o julgamento e a conclusão da comissão .....	121
8.5	Nulidade do processo .....	122
8.6	Nulidade <i>ex officio</i> após a aplicação e o cumprimento da penalidade .....	123
8.7	Penalidades .....	125
8.7.1	Penalidade correspondente e penalidade cabível .....	125
8.7.1.1	Advertência e suspensão .....	126
8.7.1.2	Demissão .....	131
8.7.1.3	Cassação de aposentadoria e destituição de cargo em comissão .....	132
8.7.1.3.1	Cassação de aposentadoria .....	132
8.7.1.3.2	Destituição de cargo em comissão (conversão da exoneração em destituição de cargo em comissão) .....	133
8.7.2	Circunstâncias atenuantes .....	134
8.7.2.1	Aplicação das circunstâncias atenuantes .....	135
8.7.2.1.1	Demissão .....	135
8.7.2.1.2	Suspensão .....	136
8.7.2.1.3	Advertência .....	136
8.7.2.1.4	Destituição de cargo em comissão e cassação de aposentadoria .....	136
8.7.2.2	Inocência e isenção de responsabilidade não se confundem .....	137
8.7.2.3	Aplicação e cumprimento das penalidades .....	137
8.7.2.3.1	Aplicação das penalidades .....	137
8.7.2.3.2	Cumprimento das penalidades .....	137
8.7.2.3.2.1	Advertência .....	137
8.7.2.3.2.2	Suspensão .....	138
8.7.2.3.2.3	Demissão, destituição de cargo em comissão e cassação de aposentadoria .....	139

8.7.3	Conversão da penalidade de suspensão em multa .....	139
8.7.4	Falta residual autônoma.....	139
8.7.5	Pena acessória (perda do cargo público).....	140

## CAPÍTULO 9

PORTARIAS .....	143
9.1 Portaria inaugural .....	143
9.2 Espécies de portarias .....	144
9.2.1 Portaria genérica.....	144
9.2.2 Portaria específica .....	144
9.3 Sindicância investigatória .....	146
9.4 Processo disciplinar, sindicância punitiva e rito sumário.....	147
9.5 Portaria de aplicação de penalidade.....	148

## CAPÍTULO 10

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: INSTRUÇÕES NORMATIVAS, DEVIDO PROCESSO LEGAL E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	151
10.1 Viatura oficial – Uso correto pelos membros das comissões disciplinares: Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). .....	151
10.2 Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Instruções Normativas nº 4/2009 e 02/2017, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União .....	152
10.3 O devido processo legal: ampla defesa e contraditório.....	155
10.4 Cerceamento de defesa – O polo oposto da ampla defesa e do contraditório .....	166
10.5 Exemplos práticos .....	167
10.6 Lei de Acesso à Informação .....	171
10.7 Conclusão .....	172
Referências.....	173

## PARTE PRÁTICA

CAPÍTULO 1.....	177
Introdução à parte prática.....	177

MODELOS BÁSICOS – PROCESSO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA PUNITIVA.....	181
Modelo 01 Autorização para deslocamento .....	181
Modelo 02 Pedido de formalização de processo disciplinar e documentos meios .....	184
Modelo 03 pedido de material de consumo.....	186
Modelo 04 Ata de instalação dos trabalhos.....	189
Modelo 05 Ata de instalação simultânea de duas comissões compostas pelos mesmos membros .....	197
Modelo 06 Comunicação ao Recursos Humanos/ Corregedoria .....	199
Modelos 07 e 08 Comunicação de instalação para a autoridade instauradora e ao Recursos Humanos do órgão .....	201
Modelo 07 Comunicação de instalação para a autoridade instauradora.....	202
Modelo 08 Comunicação de instalação ao Recursos Humanos .....	203
Modelo 09 Comunicação à chefia imediata do servidor acusado.....	204
Modelo 10 Comunicação ao presidente de órgãos ou entidades de classe ou categoria.....	206
Modelo 11 Notificação prévia do acusado .....	208
Modelo 12 Termo de juntada.....	213
Modelo 13 Portaria de designação de secretário da comissão e secretário <i>ad hoc</i> .....	214
Modelo 14 Termo de fidelidade ou compromisso.....	216
Modelo 15 Pedido de confecção de carimbos .....	218
Modelo 16 Pedido de resumo da ficha funcional do servidor acusado .....	220
Modelo 17 Comunicação de dedicação integral e dispensa de ponto.....	223
Modelo 18 Ata de trabalhos .....	224
Modelo 19 Mandado de intimação para denunciante e testemunha .....	226
Modelo 20 Comunicação ao chefe imediato da testemunha .....	232
Modelo 21 Mandado de intimação – Comunicação de datas e horários dos depoimentos para o servidor acusado .....	234
Modelo 22 Ofício ao Chefe do Acusado – Flexibilidade de horário e carga horária compatível com sua defesa .....	236

Modelo 23	Termo de inquirição do denunciante/testemunha.....	238
Modelo 24	Solicitação de providências para deslocamento/diligência dos membros da comissão e Modelo 25 para deslocamento de testemunha .....	244
Modelo 24	Solicitação de providências para deslocamento/diligência dos membros da comissão .....	245
Modelo 25	Solicitação de providências para deslocamento de testemunha .....	246
Modelo 26	Solicitação de prorrogação do prazo da portaria instauradora.....	247
Modelos 27 e 28	Termo de encerramento e termo de abertura de volume .....	249
Modelo 27	Termo de encerramento de volume.....	250
Modelo 28	Termo de abertura de volume .....	251
Modelo 29	Declaração de vista (do servidor acusado/indiciado ou se representante legal) .....	252
Modelo 29	.....	253
Modelo 30	Mandado de intimação – Indicação de testemunhas e apresentação de provas e contraprovas.....	254
Modelos 31 e 32	Certidão para o verso do mandado e certidão de decurso de prazo .....	256
Modelo 31	Certidão para o verso do mandado .....	257
Modelo 32	Certidão de decurso de prazo.....	259
Modelo 33	Ata de trabalhos .....	260
Modelo 34	Mandado de intimação – Vista de documentos.....	262
Modelo 35	Mandado de intimação – Interrogatório .....	264
Modelo 36	Comunicação ao chefe imediato do servidor acusado – Interrogatório.....	266
Modelo 37	Termo de interrogatório.....	268
Modelo 38	Termo de encerramento de instrução e indicição .....	273
Modelo 39	Mandado de citação .....	277
Modelo 40	Relatório final.....	282
Modelo 41	Devolução do material utilizado.....	291
Modelo 42	Comunicação ao setor de Recursos Humanos ou à Corregedoria, onde houver, do encerramento dos trabalhos.....	292
Modelo 43	Termo de encerramento.....	293
Modelo 44	Termo de entrega .....	294

## CAPÍTULO 2

<b>MODELOS BÁSICOS – SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA .....</b>		<b>295</b>
Modelo 01	Autorização para deslocamento .....	295
Modelo 02	Pedido de formalização de processo de sindicância investigatória e processo para arquivar documentos-meio .....	297
Modelo 03	Pedido de material de consumo .....	299
Modelo 04	Ata de instalação dos trabalhos .....	302
Modelo 05	Ata de instalação simultânea de duas comissões.....	308
Modelo 06	Comunicação ao Recursos Humanos e à Corregedoria do Órgão (onde houver): número do processo e quem foi designado como secretário .....	311
Modelo 07	Comunicação de instalação para a autoridade instauradora e Recursos Humanos .....	313
Modelo 07	Recursos Humanos (II).....	314
Modelo 08	Termo de juntada.....	315
Modelo 09	Portaria de designação do secretário da comissão sindicante .....	316
Modelo 10	Termo de fidelidade ou compromisso.....	318
Modelo 11	Pedido de confecção de carimbos para a comissão sindicante .....	320
Modelo 12	Comunicação de dedicação integral e dispensa do ponto do membro.....	322
Modelo 13	Ata de trabalhos .....	324
Modelo 14	Mandado de intimação.....	326
Modelo 15	Comunicação ao chefe imediato do depoente.....	329
Modelo 16	Termo de inquirição do depoente .....	331
Modelo 17	Solicitação de providências para o deslocamento/diligências dos membros.....	335
Modelo 18	Solicitação de providências para deslocamento de depoente.....	337
Modelo 19	Solicitação de prorrogação de prazo da portaria instauradora .....	338
Modelos 20 e 21	Termo de encerramento de volume e termo de abertura de volume .....	340
Modelo 20	Termo de encerramento de volume.....	341
Modelo 21	Termo de abertura de volume .....	342

Modelos 22 e 23	Certidões.....	343
Modelo 22	Certidão (I).....	344
Modelo 23	Certidão (II).....	345
Modelo 24	Ata de trabalhos.....	346
Modelo 25	Relatório final.....	348
Modelo 26	Devolução de material.....	354
Modelo 27	Comunicação ao setor de Recursos Humanos ou à Corregedoria, onde houver, do encerramento dos trabalhos.....	355
Modelo 28	Termo de encerramento.....	356
Modelo 29	Termo de entrega.....	357

### CAPÍTULO 3

#### MODELOS BÁSICOS – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE RITO SUMÁRIO: ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS; ABANDONO DE CARGO; INASSIDUIDADE HABITUAL .....

		359
Modelo 01	Autorização para deslocamento .....	359
Modelo 02	Pedido de formalização de processo de rito sumário e documentos-meio.....	364
Modelo 03	Pedido de material de consumo .....	366
Modelo 04	Ata de instalação dos trabalhos .....	368
Modelo 05	Ata de instalação simultânea de duas comissões compostas pelos mesmos membros .....	373
Modelo 06	Comunicação ao Recursos Humanos ou Corregedoria.....	376
Modelos 07 e 08	Comunicação de instalação para a autoridade instauradora e ao Recursos Humanos do órgão .....	378
Modelo 07	Comunicação de instalação para a autoridade instauradora.....	379
Modelo 08	Comunicação de instalação ao Recursos Humanos .....	380
Modelo 09	Comunicação à chefia imediata do servidor indiciado.....	381
Modelo 10	Termo de indicição .....	383
Modelo 11	Termo de Indicição (Abandono de Cargo) .....	385
Modelo 12	Termo de Indicição (Inassiduidade habitual).....	386
Modelo 13	Mandado de citação .....	387
Modelo 14	Mandado de citação – Abandono de cargo .....	390
Modelo 15	Mandado de citação – Inassiduidade habitual.....	392
Modelo 16	Termo de juntada.....	394
Modelo 17	Portaria de designação de secretário da comissão.....	395
Modelo 18	Termo de fidelidade ou compromisso.....	397
Modelo 19	Pedido de confecção de carimbos .....	399
Modelo 20	Pedido de resumo da ficha funcional do servidor indiciado .....	401
Modelo 21	Comunicação de dedicação integral e dispensa de ponto.....	403
Modelo 22	Ata de trabalhos .....	405
Modelo 23	Solicitação de prorrogação do prazo da portaria instauradora .....	407
Modelos 24 e 25	Termo de encerramento e termo de abertura de volume .....	409
Modelo 24	Termo de encerramento de volume .....	410
Modelo 25	Termo de abertura de volume .....	411
Modelos 26 e 27	Certidão para o verso do mandado e certidão de decurso de prazo .....	412
Modelo 26	Certidão para o verso do mandado .....	413
Modelo 27	Certidão de decurso de prazo.....	415
Modelo 28	Mandado de intimação – Vista de documentos .....	416
Modelo 29	Relatório final.....	418
Modelo 30	Memorando encaminhando relatório parcial para continuidade dos trabalhos por outra comissão .....	424
Modelo 31	Devolução do material utilizado.....	426
Modelo 32	Comunicação ao setor de Recursos Humanos ou à Corregedoria, onde houver, do encerramento dos trabalhos.....	427
Modelo 33	Termo de encerramento.....	428
Modelo 34	Termo de entrega.....	429



## CAPÍTULO 4

### MODELOS INCIDENTES – PROCESSO DISCIPLINAR, RITO SUMÁRIO E SINDICÂNCIA PUNITIVA

Modelo 01	Pedido de substituição de membros.....	431
Modelo 02	Pedido de afastamento de servidor acusado.....	434
Modelo 03	Notificação da portaria de afastamento ao servidor acusado.....	437
Modelo 04	Memorando para solicitar portaria de continuidade.....	439
Modelo 05	Ata de reinstalação dos trabalhos.....	441
Modelo 06	Notificação da portaria de continuidade.....	443
Modelo 07	Ação judicial de quebra de sigilo bancário.....	445
Modelo 08	Ofício à autoridade instauradora para requerer ajuizamento de Ação de Quebra de Sigilo Bancário.....	454
Modelo 09	Termo de reinquirição de testemunha.....	457
Modelo 10	Ofício expedido à testemunha (autoridade) da comissão.....	459
Modelo 11	Ofício expedido à testemunha (autoridade) de defesa.....	462
Modelo 12	Solicitação de perito.....	463
Modelo 13	Termo de compromisso de perito.....	465
Modelo 14	Intimação do acusado da realização de perícia (apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico).....	467
Modelo 15	Intimação do acusado para ciência e manifestação sobre o laudo pericial.....	469
Modelo 16	Força policial.....	471
Modelo 17	Pedido de vista em ação judicial/inquérito policial.....	473
Modelo 18	Despacho de indeferimento de pedido de dilação do prazo de defesa.....	475
Modelo 19	Intimação do despacho de Indeferimento.....	478
Modelo 20	Termo de revelia.....	480
Modelo 21	Comunicado à autoridade instauradora da ocorrência de revelia e solicitação de nomeação de defensor dativo por portaria.....	482
Modelo 22	Incidente de sanidade mental.....	483
Modelo 22	Memorando.....	489
Modelo 22	Quesitos Complementares/exemplos.....	490
Modelo 23	Citação por edital.....	491
Modelo 24	Citação e notificação por hora certa.....	493
Modelo 25	Notificação prévia por hora certa.....	495
Modelo 26	Intimação para o servidor acusado designar representante para acompanhar diligência ou depoimento fora do local de instalação da comissão.....	497
Modelo 27	Despacho de indeferimento de pedido de vista e cópia de processo disciplinar em andamento – requerimento de terceiro - Lei de Acesso à Informação.....	499
Modelo 27	.....	500
Modelo 28	Despacho de orientação ao requerente: onde a informação disponível ao público pode ser obtida - Lei de Acesso à Informação.....	502
Modelo 28	.....	503
Modelo 29	Ofício de comunicação de indeferimento do pedido de vista e cópia de processo disciplinar em andamento - Lei de Acesso à Informação.....	504
Modelo 30	Termo de Entrega dos autos à autoridade instauradora (ou julgadora) com informação de que deverá ser mantido o sigilo legal dos dados referente à prova emprestada.....	505

## ANEXOS

### ANEXO A

LEGISLAÇÃO ESPECIAL - LEIS ORDINÁRIAS E DECRETOS FEDERAIS.....	509
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.....	509
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	523
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.....	523
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012.....	535
LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.....	552
LEI Nº 9.704, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998.....	555
LEI Nº 11.314, DE 3 DE JULHO DE 2006.....	556
LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991.....	558
DECRETO Nº 7.845, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.....	561
ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS.....	571

DECRETO Nº 4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002.....	573
DECRETO Nº 3.505, DE 13 DE JUNHO DE 2000.....	579
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998.....	582
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.....	591
LEI Nº 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999.....	600
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996.....	601
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995.....	602
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.....	603
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	605
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.....	607
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990.....	613
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	617
DECRETO Nº 5.483, DE 30 DE JUNHO DE 2005.....	621
DECRETO Nº 3.035, DE 27 DE ABRIL DE 1999.....	623
DECRETO Nº 3.781, DE 2 DE ABRIL DE 2001.....	624
LEI Nº 9.327, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1996.....	625
DECRETO Nº 6.403, DE 17 DE MARÇO DE 2008.....	626
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008.....	629
LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013.....	636
LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012.....	640
DECRETO Nº 99.177, DE 14 DE MARÇO DE 1990.....	641
DECRETO Nº 3.724, DE 10 DE JANEIRO DE 2001.....	642
DECRETO Nº 5.480, DE 30 DE JUNHO DE 2005.....	646

## ANEXO B

SÚMULAS DO STF – ENUNCIADOS, INSTRUÇÃO NORMATIVA E PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.....	650
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	650
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – ENUNCIADOS, INSTRUÇÃO NORMATIVA E PORTARIA.....	653
INSTRUÇÃO NORMATIVA CGU Nº 04, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009.....	656
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 30 DE MAIO DE 2017.....	659
PORTARIA Nº 513, DE 05 DE MARÇO DE 2009.....	661
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	662
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.....	668
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 19 DE JULHO DE 2013.....	670